



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640244 - SC (2021/0014059-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GABRIELA VIEIRA SERAFIN
ADVOGADO : GABRIELA VIEIRA SERAFIN - SC059806
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MAYUME DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MAYUME DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5040880-08.2020.8.24.0000).

A paciente foi presa em flagrante e denunciada pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, incisos V e VI, ambos da Lei n. 11.343/06, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que a custódia cautelar foi decretada sem amparo em fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca que a ré é primária, de bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita, predicaos que a autorizariam a responder solta a presente ação penal, denotando, ainda, a desproporcionalidade da sua manutenção no cárcere antecipadamente.

Defende que, em razão da pandemia de coronavírus, a medida extrema deveria ser substituída por cautelares diversas, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Alega que a paciente tem 1 filho menor de 12 anos de idade, preenchendo, dessa forma, os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva ou, subsidiariamente, para substituir a medida extrema por providências cautelares alternativas ou recolhimento domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Com relação à alegada ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que o relator do *decisum* ora impugnado consignou que (e-STJ fl. 57):

A Magistrada a quo justificou a necessidade de salvaguardar a ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta, espelhada pela grande quantidade drogas, interestadualidade do delito e pelo envolvimento de adolescente. Denota-se que foram apreendidos no veículo da

paciente, o qual também era ocupado por terceiro e pela filha dela de 15 anos de idade, em viagem que teria partido do Mato Grosso do Sul com destino a Florianópolis, 104kg (cento e quatro quilos) de maconha, divididos em 103 (cento e três) tabletes, que estavam acondicionados em fundo falso.

Logo, diferentemente do alegado na impetração, a decisão combatida não carece de fundamentos. Ainda que competisse à paciente apenas o transporte dos entorpecentes, tese que deve ser discutida durante a instrução criminal, foram apontadas circunstâncias concretas que revelam a possibilidade de reiteração criminosa e, portanto, a imprescindibilidade da prisão preventiva e a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve a segregação cautelar da paciente, principalmente porque segundo consta no acórdão impugnado, "*não há informações de que integre o grupo de risco da Covid-19, bem como que esteja em estabelecimento prisional que não implemente medidas de prevenção*" (e-STJ fl. 60).

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência